

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

EDUCAÇÃO E TRABALHO NA EPT: ALGUMAS REFLEXÕES

EDUCATION AND WORK AT EPT: SOME REFLECTIONS

Renilson Soares dos SANTOS

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFNMG)

jimy0180@yahoo.com.br

Ricardo dos Santos SILVA

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-Campus Salinas

ricardo.silva@ifnmg.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.356>

Resumo

Este artigo apresenta reflexões acerca da relação Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Trabalho, problematizando aspectos que ganharam mais relevo com a pandemia da Covid-19. Para isso, realizou-se um estudo de caso, com roda de conversa e entrevistas, sendo os dados coletados submetidos à análise de conteúdo de Bardin (2011), cujo percurso metodológico englobou as etapas: preparação das informações, com transcrições de áudios; transformação do conteúdo das falas em unidades de análises; compatibilização dessas unidades em categorias; descrição e interpretação das informações, à luz do referencial teórico. Os resultados evidenciaram que o contexto pandêmico e a forma como o Estado brasileiro conduziu essa situação agravaram as condições socioeconômicas da população, comprometendo também a qualidade da educação especialmente das famílias mais pobres. Verificou-se, ainda, que os estudantes de cursos técnicos “optaram” por uma formação compatível com os interesses do mercado de trabalho, de maneira a mitigar os efeitos negativos na renda da família. O estudo aponta, ainda, desafios à implantação de uma EPT, cujos princípios político-filosóficos e didáticos estejam alicerçados na práxis, com o trabalho ontológico como princípio educativo e conhecimento científico, tecnológico e cultural integrados a uma produção livre da divisão social e técnica do trabalho.

Palavras-chave: Educação Profissional Tecnológica. Trabalho Ontológico. Estudo de Caso.



Abstract

This article presents reflections on the relationship between Professional and Technological Education (EPT) and Work, problematizing aspects that have gained more relevance with the COVID-19 pandemic. For this, a case study was carried out, with conversation circles and interviews, and the collected data were submitted to Bardin's content analysis (2011), whose methodological path encompassed the following steps: preparation of information, with audio transcriptions; transformation of the content of the speeches into units of analysis; compatibilization of these units into categories; description and interpretation of information, in the light of the theoretical framework. The results of the research showed that the pandemic context and the way the Brazilian State conducted this situation, aggravated the socioeconomic conditions of the population, also compromising the quality of education, especially of the poorest families. It was also found that students of technical courses "opted" for training compatible with the interests of the labor market, in order to mitigate the negative effects on family income. The study also points out challenges to the implementation of an EFA whose political-philosophical and didactic principles are based on praxis, with ontological work as an educational principle and scientific, technological and cultural knowledge integrated with a production free from the social and technical division of labor.

Keywords: Professional Education Technological. Ontological Work. Case Study

INTRODUÇÃO

A doença denominada Coronavírus, que alarmou o mundo no final do ano 2019 e que foi nomeada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Covid-19, é resultado de uma mutação de vírus, cujo primeiro registro de ocorrência que se tem notícia data do ano de 1960. Dessa maneira, os primeiros casos do novo Coronavírus, batizado por Covid-19, foram identificados em Wuhan, na China, e espalhou-se rapidamente pelo mundo, chegando ao Brasil no início de 2020, já vitimando 664.189, conforme dados de 07/05/2022 do Consórcio de Veículos de Imprensa do País. Os sintomas da doença podem se confundir com os da gripe, sendo que, na fase mais aguda, pode haver prejuízo da função pulmonar, comprometendo a respiração e exigindo internação hospitalar, com uso de respiradores artificiais em leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) por um tempo médio de 14 dias (CAVALCANTE, *et al.*, 2020).

Em razão da falta de um remédio ou vacina para a doença, à época, e pela facilidade de transmissão do vírus causador da patologia, por meio de contato como o aperto de mão, gotículas de saliva, espirros, tosses, secreções, etc., além das medidas de higiene, a forma mais eficaz de prevenção foi o isolamento social. Tentou-se, com isso, reduzir o nível de contágio, de modo a não sobrecarregar o sistema de saúde cujos recursos são limitados (CAVALCANTE, *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, ao passo que a população atendia às medidas de isolamento social, no Brasil se faziam sentir mais intensamente os reflexos nefastos do que Antunes (2020) denomina sistema de metabolismo antissocial do capitalismo, que, dentre outras incongruências, criou um enorme contingente de desempregados e trabalhadores informais. Segundo esse autor, considerando dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de pouco mais de 100 milhões de pessoas em condições de trabalhar no Brasil, tem-se 12 milhões de desempregados e 5 milhões desempregados desalentados, que são aqueles que não procuraram



mais por trabalho. Adicionalmente, tem-se 40 milhões de trabalhadores informais: motoristas de aplicativos como Uber etc.

Os desafios da educação brasileira, que já eram consideráveis, ampliaram-se com o advento da pandemia do novo Coronavírus e com a forma como o Estado brasileiro tratou essa questão. As desigualdades socioeconômicas exacerbaram-se nesse período, refletindo também na educação das famílias mais pobres, que não reuniram condições financeiras suficientes para o acesso aos recursos tecnológicos adequados, capazes de atenuar os efeitos do isolamento social sobre o processo de ensino-aprendizagem, já que, com o isolamento social, as aulas presenciais foram substituídas pelo ensino remoto, mediado por tecnologias. Soma-se a isso a deficiência da infraestrutura de moradia de diversas famílias, dificultando o acompanhamento das aulas por meio de plataformas de videoconferência.

No caso específico da educação profissional e tecnológica, há também especificidades que dificultaram manutenção da qualidade do ensino-aprendizagem que se tinha na modalidade presencial, como é o caso da impossibilidade de uso de laboratórios fisicamente localizados nas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, este estudo visa a propiciar algumas reflexões sobre a relação educação e trabalho na EPT, abordando também os desafios dessa modalidade educacional no período em que se verifica o arrefecimento da pandemia, mas que se convencionou denominar pós-pandemia. Assim, fazem-se as seguintes indagações: Em que medida as desigualdades socioeconômicas foram agravadas no período pandêmico da Covid-19, refletindo-se no processo de ensino e aprendizagem, inclusive da EPT? A crise epidemiológica da Covid-19 contribuiu para o surgimento de arroubos de projetos de mercantilização da educação?

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A EPT E O TRABALHO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NA PERSPECTIVA MATERIAL E HISTÓRICA

A precarização do trabalho aparece como elemento primordial do desenvolvimento capitalista, fazendo surgir uma condição perversa de vulnerabilidade social do trabalhador, mediante a desconstrução de relações trabalhistas formais. Sobre a origem dessa precarização das relações de trabalho, ao discorrer sobre a origem do desemprego estrutural, Antunes (2009) diz não se tratar de evento isolado, mas inserido no contexto da crise estrutural do próprio capital, a partir dos anos 70, em que a economia real – a indústria - não dava mais conta de gerar lucros nos montantes correspondentes às expectativas dos donos dos meios de produção, havendo a migração do capital excedente para reinvestimento no mercado financeiro. Ao mesmo tempo, promoveu-se diversos ajustes também chamados de privatizações, flexibilizações ou precarizações das relações de trabalho etc., culminando em reduções de salário, desemprego e subemprego. Sobre isso, tem-se que

[...] a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu



significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...]. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de regulação que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa. Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2009, p. 33).

É importante assinalar, que antes do aparecimento da pandemia do Coronavírus, os dois últimos governos liberais, mais acentuadamente o presidente Jair Bolsonaro, já promoviam severos ataques aos direitos sociais da classe trabalhadora, inclusive aqueles insculpidos na Constituição Federal de 1988, como bem nos lembra Antunes (2020). Assim, as ações governamentais se fizeram sentir em diversas áreas como a trabalhista, a previdenciária, a saúde e a educação, com eliminação de importantes conquistas e intensificação das disparidades de renda e pobreza. Em outras palavras, as agruras vividas pela sociedade brasileira precisam ser examinadas, segundo Ramos (2020), considerando esse modelo de sociedade, que levou grande parcela da população ao desemprego ou trabalho precário, visto que as pessoas não contaram com a renda oriunda do trabalho nem com auxílio governamental suficientes para suprir as necessidades básicas das suas famílias.

Ramos (2020) chama a atenção para um ponto que, sobretudo, merece reflexão no sentido de não ser simplista nas análises acerca dos reflexos da Covid-19. Segundo essa autora, a pandemia visibiliza para a humanidade um conjunto de relações de ordem econômica, política, sanitária e da forma como se interage com o meio ambiente. Em resumo, a pandemia também é manifestação de várias questões que permeiam a vida do ser humano na terra, na sua historicidade e que podem ajudar a compreender o que significa estar em isolamento social ou não, em razão das condições socioeconômicas em que se está inserido e da ausência de políticas públicas de suporte financeiro ao ser humano.

No campo da educação, conforme aponta Saviani (2020), são vários os ataques sofridos. Houve, já no ano de 2016, a Emenda Constitucional nº 95 que limitou os gastos públicos por 20 anos. Soma-se a isso a reforma do ensino médio, em 2017, que, na visão de diversos especialistas da área, tende a reduzir a qualidade da educação, uma vez que, como as propagandas governamentais tanto alardeiam, prevê, dentre outras coisas, a possibilidade de atuação, como professor, de pessoas sem formação específica, mas que detenham notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrarem disciplinas relacionadas à experiência profissional. Além disso, há os chamados itinerários formativos que – a pretexto de possibilitar ao jovem optar por uma formação técnica profissionalizante, recebendo ao término dessa fase educacional um certificado de conclusão do ensino médio regular e um diploma do curso técnico profissionalizante - reduz a qualidade da educação.

Em outras palavras e de forma resumida, o novo ensino médio sinaliza para a possível privatização da educação, porque o aparato legal que o instituiu introduziu a possibilidade de



redução do número de horas-aula da formação básica, que será complementada pelos chamados itinerários formativos a serem “escolhidos” pelos alunos e que podem ser ofertados inclusive por instituições privadas, como é o caso do itinerário de formação técnica e profissional. Essa redução da formação básica tende a acentuar o abismo entre a qualidade do ensino de escola privada e de pública, dificultando o ingresso de estudantes filhos de trabalhadores nas universidades, restando-lhes a formação técnica aligeirada compatível com os interesses do mercado de trabalho (RAMOS, 2020).

Percebe-se que, na esteira de tentar emplacar esses tipos de projetos neoliberais de mercantilização da educação, as universidades federais e os institutos federais têm sido alvos de reduções orçamentárias drásticas, tentativa de desarticulação de áreas do conhecimento como o das ciências humanas, cortes de bolsas de mestrado e doutorado entre outras; tentativa de reforçar uma ideologia de direita com medidas repressivas a docentes e discentes; afronta a renomados estudiosos da educação como Paulo Freire, chegando ao ponto de substituir livros didáticos considerados incongruentes com a ideologia que permeia a nova visão governamental de educação.

Com a população confinada em suas residências e parte importante dela sem renda para suprir suas necessidades básicas, houve forte pressão social sobre o Estado, culminando no rompimento da resistência inicial do governo de não liberar auxílio financeiro como forma de forçar o retorno das pessoas ao trabalho, sendo aprovado auxílio emergencial de R\$600,00 para os trabalhadores informais (mais de 40 milhões de pessoas), microempreendedores e autônomos desempregados, por um período. Importante assinalar que, conforme observa Antunes (2020), o valor desse auxílio está longe de cobrir as necessidades mínimas das famílias.

Outro fator que precisa ser ressaltado é que a estratégia governamental a respeito da pandemia foi sempre no sentido de negar a letalidade da doença, incentivando a população a não respeitar o isolamento social, retornando ao trabalho, o que inclusive causou diversos embates do Presidente com Governadores e Prefeitos. Ademais, verificou-se também a negação da ciência, incluindo a insistência do governo no uso do medicamento conhecido por cloroquina, cuja eficácia não foi comprovada cientificamente e que provoca efeitos colaterais significativos. Esse medicamento inclusive foi responsável pela troca de dois ministros da saúde que, por serem médicos, aparentemente não se sentiram confortáveis em validar o uso generalizado de uma substância sem efeitos benéficos comprovados.

Sobre a negação da validade dos métodos e critérios científicos, Saviani (2020), embasado em Marx, observa que, se a verdade ou a essência dos fenômenos se fizesse conhecer pelo que aparenta, não se precisaria de ciência, bastando o senso comum. Isso leva a uma conclusão de que é no mínimo temerária a posição do Presidente Jair Bolsonaro, sem formação na área médica, indicar um medicamento, até para casos leves da Covid-19, numa posição oposta ao que entende a comunidade médico científica internacional. Nessa perspectiva, Ramos (2020) faz um contraponto ao demonstrar sua preocupação tanto com a negação da ciência quanto com a seletividade no sentido de eleger áreas que seriam mais científicas que outras, desprezando a importância das ciências sociais, por exemplo. Para essa autora, há de se ter um compromisso ético-político com o conhecimento.

Antunes (2020) observa que o comportamento do presidente Bolsonaro, de conchamar o povo a trabalhar durante o auge da pandemia, está de acordo com a lógica destrutiva do sistema capitalista, expansionista, na direção de sempre almejar mais lucro e que para isso não prescinde do trabalho. Para ilustrar essa dependência do labor, o autor oferece uma reflexão no sentido de



que o atual estágio tecnológico mundial exigiria das pessoas poucas horas de trabalho por dia para satisfação de todas as necessidades. Todavia, a tecnologia, na lógica do que ele denomina sistema de metabolismo antissocial, não é voltada para ganhos humanos e sim para produzir acumulação.

Sobre o cenário da educação, em tempos de pandemia, em que afloraram os meios virtuais de ensino, Antunes (2020) assevera que é preciso vigilância e luta para evitar que se implantem os projetos neoliberais que visam à mercantilização da educação, em conformidade com a lógica de mercado. Para esse autor, a educação precisa ser pública e predominantemente presencial, possibilitando um debate aberto e dialógico entre professor e aluno, o que não é possível plenamente em aulas apenas virtuais.

No contexto de privatização das instituições educacionais, Ramos (2020) alerta para outras estratégias mercantilistas, como, por exemplo, a aquisição de plataformas virtuais de ensino que acabam por drenar os recursos destinados à educação presencial. Quanto à educação profissional, Ramos (2020) comenta que, baseada nas suas experiências de estudante e também de docente em instituição de ensino profissionalizante, entende que as mediações virtuais – EaD – não suportariam adequadamente o aprendizado das técnicas, procedimentos, processos tecnológicos e seus embasamentos científicos, experimentados em ambiente de laboratório. Além disso, comenta que as desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil se refletem nas possibilidades desiguais de acesso aos recursos tecnológicos, bem como do uso das tecnologias de maneira autônoma. Há também a questão de moradias precárias e sem espaços adequados para os estudos, além de relações familiares desestruturadas, que em muitos casos inviabilizam o estudo em casa.

Saviani (2020) também enfatiza o papel da educação presencial, colocando que ela se funda na relação interpessoal em que certos requisitos, que os alunos não tenham, para compreender algum conteúdo, são sanados pelo professor. Ao contrário, segundo esse autor, no Ensino a Distância, as dúvidas dos discentes tendem a não ser esclarecidas adequadamente, já que esse suporte é oferecido por meio de monitores que não possuem a qualificação de um professor, pois na lógica capitalista se avalia desnecessário ter um monitor com conhecimento e nível salarial de um docente convencional, sendo priorizados investimentos nas tecnologias de reprodução de videoaulas. Assim, o Ensino a Distância não pode ser uma imposição para “salvar” o ano letivo, sem considerar a necessária preparação de alunos, professores e familiares para essa realidade educacional a qual se espera que seja alternativa e não a principal.

Antunes (2020) ainda menciona que cabe às instituições públicas, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), zelar pelo conhecimento científico, propiciando reflexões críticas que possibilitem entender todos os enredos presentes nesse cenário de pandemia, rumo à construção de uma sociedade qualitativamente melhor. No mesmo sentido, Ramos (2020), comentando a respeito da reforma do ensino médio e outras políticas de desconstrução da educação brasileira, aborda que os IFs podem exercer um importante contraponto a essa tendência educacional tecnicista e conformada com as exigências do mercado capitalista de trabalho, uma vez que atua em todos os níveis e modalidades de ensino, possui capilaridade e parcialmente já oferece uma educação inspirada na politécnica¹, capaz de formar pessoas críticas e aptas a influenciar os destinos da sociedade. Para isso, porém, os

¹ Formação educacional que supõe a integração de vários conhecimentos, a partir de um conceito de especialização que engloba o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna (SAVIANI, 2006).



desafios são enormes, uma vez que não mais que 2,7 % dos estudantes cursam ensino médio nos Institutos Federais.

Ao que parece, a lógica neoliberal, acentuadora das mazelas sociais como a precarização das relações trabalhistas, associada às políticas neoliberais do atual governo e sua visão negacionista em relação à ciência, agravou os efeitos da pandemia da COVID-19 na vida dos trabalhadores brasileiros, levando o Brasil a ocupar o 2º lugar no ranking de número de infectados, atrás apenas dos Estados Unidos que coincidentemente possui um Governo cuja visão se assemelha bastante com a do presidente brasileiro da época, nos aspectos negacionistas e minimizadores da pandemia.

Em outros termos, não se pode deixar de localizar esse contexto de desmantelamento de direitos sociais, na perspectiva da acumulação por espoliação de Harvey (2012). A reflexão desse autor permite compreender, sob o prisma do neoliberalismo, como esse movimento do capital, em busca de novas formas de acumulação, encontrou receptividade em países como o Brasil que precisavam financiar suas dívidas e por isso mercantilizaram seus ativos a preços relativamente módicos, a partir de receituários como o Consenso de Washington², culminando numa onda privatista de áreas sociais estratégicas, como a saúde e a educação que assistiam sobretudo a população mais pobre.

Houve, também, o desmonte de direitos sociais nas áreas previdenciárias, trabalhistas etc., empurrando considerável contingente populacional para o trabalho precário. Dito de outra forma, o Estado brasileiro, sob o governo de Jair Bolsonaro, continuou a desempenhar o seu papel de facilitador da espoliação, restringindo-se a distribuir “migalhas”, a exemplo do auxílio emergencial destinado aos trabalhadores informais e de baixa renda, que de início teria o valor de duzentos reais, mas que, após embates com o Legislativo, foi elevado para seiscentos reais. Isso sinaliza que a preocupação preponderante daquele governo foi o de continuar a fazer girar a engrenagem da economia.

A nosso ver, o cenário pós-pandemia exigirá luta pelo resgate dos direitos sociais, considerando a possibilidade de ampliação do histórico fosso existente entre a educação ministrada às pessoas mais abastadas e aquela destinada à classe trabalhadora. Sob um novo governo, de orientação mais progressista, há de se confrontar e revogar a Emenda Constitucional nº 95 para que sejam possíveis maciços investimentos em todas as áreas, incluindo a educacional, o que pode culminar na ampliação de vagas nos Institutos Federais, que são capazes de fomentar uma formação para além das necessidades mercadológicas, no sentido de viabilizar a transformação da sociedade para o enfrentamento dos desafios que se apresentam.

Para Ciavatta (2020), a educação profissional e tecnológica (EPT) não pode ser dissociada das questões políticas que permeiam a sociedade. Assim, a educação não pode se esgotar no seio das escolas e os professores precisam ser capazes de trabalhar criticamente a partir do conhecimento acumulado pela sociedade, para que os alunos consigam entender o funcionamento social e compreender o seu papel de transformação das condições materiais da sua existência.

² Refere-se ao conjunto de medidas de cunho neoliberal (reformas fiscal e tributária, abertura comercial, liberalização do comércio exterior, privatizações etc.), concebidas por economistas de instituições financeiras como FMI, Tesouro norte americano e Banco Mundial, em 1989, para serem aplicadas por países em desenvolvimento (nota do autor).



Sobre os desafios de uma EPT na perspectiva emancipadora, é importante considerar que a educação no modo de produção capitalista serve ao propósito de reprodução dos valores da classe hegemônica, por meio da ideologia. A hegemonia encontra-se imbricada nas relações antagônicas das classes sociais do capitalismo: classe dominante e o proletariado ou classe trabalhadora. De acordo com Gramsci (1999), o processo hegemônico ou de preponderância da classe dirigente sobre a classe trabalhadora se materializa através da ideologia que leva ao consenso e à legitimidade das ideias, de modo tão sutil e disfarçado que chega a quase não aparentar dominação de uma classe sobre a outra.

Dessa maneira, desconstruir a hegemonia da atual classe dominante passa pela ruptura da legitimidade construída por seus mecanismos ideológicos, fazendo emergir novos consensos compatíveis com a visão da classe trabalhadora, o que poderia resultar numa outra hegemonia, que seria a da classe trabalhadora (GRAMSCI, 1999). Entretanto, como surge essa força chamada ideologia, que dá suporte ao controle de uma classe sobre a outra?

Sobre a ideologia, Marx (1993) esclarece que coexistem, na sociedade capitalista, duas instâncias: a infraestrutura e a superestrutura. Na infraestrutura ou base econômica, as relações de produção se processam através da força de trabalho e dos meios de produção controlados pelos patrões. Por outro lado, a superestrutura alicerça-se sobre a infraestrutura, no sentido de preservar funcionamento das relações econômicas que interessam a classe social que controla o processo econômico e político. Nessa perspectiva, é na superestrutura que aparece a ideologia enquanto estratégia dessa classe dominante para legitimar suas visões ou ideias, de modo que elas sejam tidas como verdades inquestionáveis, por parte da classe trabalhadora.

Por conseguinte, localiza-se na superestrutura a ideologia e o poder político legal do Estado que se faz por meio da polícia, da legislação, da máquina administrativa e da educação, sobretudo a educação escolar. Importante mencionar, na perspectiva de Marx (1993), que o processo de formação das ideias não pode ser examinado dissociadamente das condições históricas e sociais em que elas surgem.

Sobre as sutilezas do processo ideológico, Mészáros (1996) faz uma observação importante, ao mencionar que não há na sociedade algo que seja totalmente isento de ideologia, não escapando nem o conteúdo de um dicionário em que as palavras possuem significados que são compatíveis com as visões ou pontos de vista que a classe hegemônica pretende cristalizar na sociedade. Assim é que o significado das palavras “conservador” e “liberal”, por exemplo, carregam a ideia de positividade tendo como sinônimo a expressão moderado. Por outro lado, a palavra “revolucionário” recebe qualificadores negativos como extremista, enfurecido etc., ou seja,

[...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas sociedades de classe. Sua persistência obstinada se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (e reconstituir-se constantemente) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada como a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos (MÉSZÁROS, 1996, p. 22).



Outro aspecto a considerar é que uma EPT que pretenda ser emancipatória precisa inspirar-se numa educação que tenha o trabalho como princípio educativo. No entanto, não se refere ao trabalho alienado, típico do modo capitalista de produção, e sim ao labor no seu sentido ontológico.

Sobre o trabalho estranhado ou alienado, Marx (2013) ensina que, no modo de produção capitalista, o sentido original do trabalho foi desvirtuado pela separação que ocorre entre o homem produtor e suas ferramentas de produção e do próprio produto de seu trabalho. Nesse descolamento entre homem, meio de produção e produto do trabalho, a classe trabalhadora não mais se reconhece nem consegue compreender as diversas relações sociais que levam à produção de uma mercadoria, percebendo o fruto do seu trabalho como algo dissociado dele.

Por isso é que o trabalho precisa ser emancipado para só então se tornar princípio educacional. Em outros termos, é necessário que o conceito de trabalho retorne aos seus fundamentos verdadeiros, em que o homem atua sobre a natureza de maneira a modificá-la de acordo com as suas necessidades de sobrevivência. Assim, nesse processo transformacional, ao alterar a natureza externa, também o Ser o faz em relação à própria natureza humana. “Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações” (SAVIANI, 2006, p.154). Nessa práxis³, compreendida na relação com o ambiente natural, o homem consegue refletir sobre os feitos, construindo um mundo de produtos e valores, específico da espécie humana (MARX, 2011).

2 METODOLOGIA

No percurso metodológico desta pesquisa, a partir de uma abordagem qualitativa, realizou-se um estudo de caso, tendo como objeto os alunos do 3º módulo do curso técnico de nível médio de eletrotécnica do Campus Montes Claros⁴, do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

Sobre os instrumentos de coleta de dados, realizou-se uma roda de conversa e entrevistas semiestruturadas, com a participação de sete informantes, por meio de plataforma de web conferência - *Google Meet* - em decorrência das medidas de isolamento social impostas pela COVID-19. A adoção do recurso virtual para coleta de dados trouxe algumas dificuldades

³ Ramos (2020) e Frigotto (2010), em leituras imanentes de Marx, nos esclarecem que a práxis é a unidade da teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e da realidade histórica.

⁴ Montes Claros é uma cidade situada no norte do Estado de Minas Gerais, do Brasil, com população de 413.487 habitantes (dados de 2020). Possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) da região norte do Estado de Minas Gerais. A principal fonte econômica é o comércio e o serviço, seguido da indústria e por último da agropecuária. O parque industrial da cidade é destaque, contando com um distrito industrial com área de 5,2 milhões de m², um dos mais importantes complexos industriais do Estado, com indústrias de renome nacional e internacional, como: Coteminas, Lafarge, Novo Nordisk, Nestlé, Petrobrás e Alpargatas. Essa cidade ainda é referência em saúde, com mais de 200 estabelecimentos, incluindo hospitais públicos e privados. É polo educacional, com várias universidades e faculdades, que recebem estudantes de toda microrregião, incluindo o sul da Bahia. Possui boa infraestrutura de transporte, contando com Aeroporto. Mais informações: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/pesquisa/38/46996>



como: agendamento e reagendamentos de entrevistas, descompassos entre a transmissão e recepção de áudios nos diálogos conduzidos pelo *google meet*, desabilitação acidental dos recursos de vídeo por parte de alguns alunos, trazendo prejuízo à captação de aspectos da comunicação não verbal.

O período de coleta de dados foi de 24/8/2021 a 11/09/2021, sendo que a roda de conversa durou 29 minutos e o tempo médio de cada entrevista foi de 15 minutos.

Os dados coletados foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo de Bardin (2011), com alguns ajustes metodológicos propostos por Moraes (1999) para o contexto educacional. Para Moraes (1999), a análise de conteúdo permite a compreensão do sentido simbólico de mensagens não explicitadas por informantes. Para esse autor, ainda que a análise de conteúdo tenha origem no positivismo, ela se presta de maneira muito adequada, com alguns ajustes, às pesquisas de cunho qualitativo.

Nessa perspectiva, o processo analítico de conteúdo constituiu-se das etapas de preparação das informações, transformação do conteúdo em unidades de análise, classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação (MORAES, 1999). Assim, os arquivos de áudios oriundos de entrevistas e roda de conversa foram transcritos pelo pesquisador, com o apoio de ferramentas de transcrição de áudio do *Google Docs*. Em seguida, implementou-se uma análise preliminar desse material, explicitando os trechos mais aderentes ao objetivo e às questões de pesquisa. Houve, ainda, uma exploração aprofundada do conteúdo, realçando em cores distintas os que se repetiam, com atenção especial à possibilidade de aparecimento de nova categoria de análise em decorrência dessa dinâmica de organização das informações obtidas.

Posteriormente, cada coleção de informações idênticas foi associada ao objetivo da pesquisa, recebendo realce em cor distinta, representando categorias de análise, como a explorada neste artigo, constante do quadro 1.

Quadro 1 – Categoria de Análise.

Objetivo	Categoria de análise
Analisar as concepções e percepções dos alunos do curso técnico em eletrotécnica do IFNMG, Campus Montes Claros, acerca do processo educativo e o mundo do trabalho.	Concepções e percepções sobre a relação EPT e mundo do trabalho.

Fonte: Autoria própria, 2022

No passo seguinte, procedeu-se à organização final e ao tratamento dos dados, por meio do agrupamento dos recortes de informações, que se constituíram em unidades de análises associadas às categorias de análise (MORAES, 1999). Por fim, promoveu-se a análise e a interpretação das categorias, articulando o referencial teórico ao conteúdo de algumas falas dos informantes, emergindo as discussões a seguir.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme quadro 2, os alunos entrevistados estão na faixa etária entre 19 e 36 anos, sendo que seis cursam o nível técnico de nível médio na modalidade Subsequente⁵ e exercem atividades remuneradas. Um dos sujeitos da pesquisa estuda na modalidade Concomitante⁶. Não há no *Campus* Montes Claros, a modalidade Integrado⁷ para o curso técnico de nível médio em eletrotécnica.

Quadro 2 – Perfil dos alunos entrevistados.

Sujeito da Pesquisa	Sexo	Idade	Ocupação	Modalidade
E1	Masculino	36	Eletricista (Autônomo)	Subsequente
E2	Masculino	35	Eletricista (Autônomo)	Subsequente
E3	Masculino	21	Eletricista (Autônomo)	Subsequente
E4	Masculino	31	Operador de produção (Celetista)	Subsequente
E5	Masculino	19	Estagiário de TI	Subsequente
E6	Feminino	19	Estudante	Concomitante
E7	Masculino	19	Eletricista de Refrigeração (Celetista)	Subsequente

Fonte: Autoria própria, 2022

Apresenta-se, no quadro 3 abaixo, as principais falas associadas à categoria de análise em referência. Algumas dessas unidades de análise serão discutidas neste tópico.

⁵ Subsequente é a modalidade educacional em que o aluno faz o curso técnico após a conclusão do ensino médio.

⁶ Concomitante é a modalidade de curso técnico em que se estudam as disciplinas de formação técnica enquanto se faz o ensino médio em outra instituição.

⁷ Integrado é a modalidade em que se cursa o ensino médio junto com a formação técnica. Mais informações vide: <http://www.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/1607-integrado-concomitante-ou-subsequente-conheca-as-diferencas#:~:text=O%20concomitante%20%C3%A9%20chamado%20assim,forma%20SUBSEQUENTE%20ao%20ensino%20m%C3%A9dio.>



Quadro 3 – Unidades de análise

Categoria: Concepções e percepções sobre a relação entre EPT e mundo do trabalho	Nº
Principais falas/unidades de análise	
<p>[...] é uma boa pergunta. Eu acho que foi o mercado de trabalho mesmo. Eu achei o curso interessante. Assim e mais tipo o mercado de trabalho é aberto né? (E6).</p> <p>[...] O mercado de trabalho tem emprego só que não tem pessoas qualificadas. A palavra é essa: qualificação para se adequar em meio a tecnologia que a gente está vivendo? (E1).</p> <p>Assim cara... geralmente... igual mesmo... a gente ... tá estudando mais pela EaD. [...] tipo... tem as aulas (síncronas) [00:10:22] com a gente tipo assim... a gente.... não é toda hora que a gente pode né? ... tá na aula.... não é toda hora que a gente está disponível para ouvir os professores porque a gente tem trabalho né? tem outras coisas para fazer (E7).</p> <p>Na verdade no momento eu estou afastado pelo INSS. [...] eu sofri um acidente eu estava complementando renda, trabalhando de moto. [...] tô no processo de reabilitação do INSS.... eu também trabalho como eletricitista autônomo (E1).</p> <p>(...) a tecnologia, vamos colocar na eletricidade propriamente dita. Na área de elétrica hoje a gente vê a automação industrial, a gente vê a automação residencial e esse trem tem beneficiado muito. O ser humano hoje em dia tá querendo comodidade (E1)</p> <p>(...) a acomodação do ser humano é uma parte negativa. (...) igual tem muita vaga na área só que não tem a qualificação. (...) então esse é um ponto negativo, que às vezes a pessoa fala ah, não tem emprego não tem mais, mas se a pessoa qualificar ela consegue um emprego bom num lugar bacana né? (E1).</p> <p>A eficiência de produção dela (a tecnologia), é uma eficiência muito grande, em todos os sentidos. Você olha pelo lado da segurança, você olha pelo lado da qualidade, você olha pelo lado do volume de produção, não se compara. (...) ela consegue fazer o trabalho por um grande número de mão de obra. Muitas pessoas que poderiam tá ali fazendo aquele trabalho que ela faz, não vai fazer mais, quem vai fazer é a máquina. (...) as pessoas vão perder o posto de trabalho que a tecnologia... quem não for atualizar (...), vai perder (E4).</p> <p>(...) a inteligência artificial tá acima do ser humano. (...) o programa de computador tá bem acima do ser humano. Eu vejo assim né, se for olhar bem hoje o ser humano comparado com a tecnologia tá ficando obsoleto já. Ele tá ficando ultrapassado de acordo com a tecnologia (E4).</p> <p>(...) hoje não tem trabalho sem tecnologia sabe? (...)então eu acho que o mundo ele não viveria, não existiria né? sem tecnologia (E7).</p>	17

Fonte: Autoria própria, 2022



Verifica-se que os alunos do curso técnico de nível médio em eletrotécnica, pesquisados, se preocuparam prioritariamente com uma formação compatível com as carências do mercado de trabalho, de forma a suprir as necessidades financeiras das famílias. Questionada sobre a motivação para ingresso no curso técnico, a informante abaixo disse:

[...] é uma boa pergunta. Eu acho que foi o mercado de trabalho mesmo. Eu achei o curso interessante. Assim e mais tipo o mercado de trabalho é aberto né? (E6).

A percepção da discente evidencia que a educação escolar, como parte da superestrutura capitalista, componente das relações sociais e de produção, se presta à reprodução dos valores da classe que é hegemônica em um determinado momento histórico da sociedade (RAMOS, 2020). Nesse sentido, não se pode perder de vista que a formação educacional não é objeto de livre escolha, estando sob influência da classe dominante, que, conforme Gramsci (1999), tem ascendência sobre a classe trabalhadora, conseguindo viabilizar estratégias de legitimação de suas ideias. Em outros termos, pode-se dizer que as propostas pedagógicas partem de relações sociais e de produção vigentes, em que há uma classe trabalhadora, que só dispõe de sua força de trabalho para alienar e a classe detentora dos meios de produção, com poderes para influenciar o projeto pedagógico, numa sociedade em que o trabalho e, por conseguinte, o conhecimento não são acessíveis igualmente pelas pessoas.

No mesmo contexto, outro informante diz:

[...] O mercado de trabalho tem emprego só que não tem pessoas qualificadas. A palavra é essa: qualificação para se adequar em meio a tecnologia que a gente está vivendo? (E1).

Essa fala mostra como a ideologia da classe hegemônica foi eficaz em incutir nos trabalhadores, de maneira sutil, a ideia de que a culpa pelo desemprego não é da estrutura do sistema capitalista e sim do próprio trabalhador:

Isso evidencia claramente que

(...) a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas sociedades de classe (MÉSZÁROS, 1996, p. 22).

Outra questão relevante observada é que ainda que a instituição educacional ofereça cursos na modalidade denominada Ensino Médio Integrado, nenhum dos alunos informantes optaram por fazê-los, escolhendo o técnico em eletrotécnica – subsequente ou concomitante. Houve relatos sobre as dificuldades de conciliação entre trabalho e estudo:



Assim cara... geralmente... igual mesmo... a gente ... tá estudando mais pela EaD. [...] tipo... tem as aulas (síncronas) [00:10:22] com a gente tipo assim... a gente.... não é toda hora que a gente pode né? ... tá na aula.... não é toda hora que a gente está disponível para ouvir os professores porque a gente tem trabalho né? tem outras coisas para fazer (E7).

Na verdade no momento eu estou afastado pelo INSS. [...] eu sofri um acidente eu estava complementando renda, trabalhando de moto. [...] tô no processo de reabilitação do INSS....eu também trabalho como eletricitista autônomo (E1).

O relato sobre o trabalho de moto, como forma de complementação de renda, enquadra no que Antunes (2020) denomina sistema de metabolismo antissocial do capitalismo, em que vários trabalhadores são obrigados a buscar o trabalho informal, fato exacerbado no período da pandemia da Covid-19, com elevação dos níveis de desemprego e redução da renda. Nesse sentido, as pessoas buscaram curso de qualificação que lhes permitiam ter um novo emprego estável e, ao ingressarem na modalidade subsequente, esses alunos se deparam de fato com uma educação que visa à formação aligeirada para o mercado de trabalho. Sobre isso, Ramos (2020) alerta que o decreto nº 5.154/2004, embora tenha facultado a articulação entre o ensino médio e o profissional, não impediu o funcionamento desarticulado representado pelas modalidades concomitante e subsequente, que atendem aos interesses capitalistas no sentido de formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Em muitas escolas que ofertam a educação profissionalizante a disponibilidade da modalidade ensino médio integrado é pequena e ainda carece de melhor estruturação pedagógica Ramos (2020).

Ramos (2020) reforça que tomar a dimensão econômica como algo especificamente vinculado à empregabilidade da classe trabalhadora ou de acumulação capitalista se mostra uma visão míope, devendo ser buscado prioritariamente o entendimento da dimensão histórica de como a sociedade possibilita a existência do capitalismo. Assim, a educação profissional e tecnológica precisaria estar alicerçada na práxis, em que o trabalho se configura como princípio educativo, em que a relação entre teoria e prática é de unidade e não de dualidade.

Nesse contexto, Ramos (2020) ainda pontua que o conhecimento é a mediação que possibilita compreender a realidade, incluindo o mercado de trabalho, a divisão de classes e as contradições do mundo. Desse modo, se se almeja construir conhecimento por meio da educação profissional e tecnológica, tendo o trabalho como princípio educativo, certamente se estará diante de dois desafios frutos do tensionamento entre interesses antagônicos: formar pessoas para suprirem as necessidades do mercado de trabalho ou para que sejam capazes de apreender a realidade como uma práxis histórica de produção da existência humana, numa perspectiva crítica.

Kuenzer (2020), na perspectiva marxiana, alerta que uma educação que se funda no trabalho como princípio educativo é bastante distinta daquela que se lastreia no trabalho estranhado característico do modo de produção capitalista, em que há separação entre as dimensões operacional e intelectual. Assim, na esteira do sentido ontológico do trabalho, o desafio que se coloca para a educação profissional no pós-pandemia é alicerçá-la na práxis, em que o pensar e o fazer se relacionem simultaneamente na realização de uma atividade e, dessa forma, é preciso entender, na perspectiva educacional, como se articularam o conhecimento operacional e o intelectual, a teoria e a prática, em cada momento histórico do capitalismo e de acordo com o projeto hegemônico.

Como na sociedade capitalista, em virtude da ascendência da classe dominante, o propósito é a reprodução da estrutura de classe, tem-se o trabalho social e tecnicamente dividido, sendo



regulada também a maneira como o conhecimento deve ser disponibilizado à classe trabalhadora, em cada momento histórico, limitando-se o mínimo necessário ao desenvolvimento do trabalho, sem provocar distúrbios ao modo societal vigente. (KUENZER, 2020). No entanto, conforme ensina essa autora, é preciso aproveitar as contradições do modo capitalista de produção, como, por exemplo, em períodos em que o poder político é ocupado por governos progressistas, no sentido de organizar uma educação crítica, tendo o trabalho como princípio educativo. Essa educação almejada se daria a partir de uma escola em que o conhecimento científico, tecnológico e cultural esteja integrado a uma produção que não esteja sob a influência da divisão social e técnica do trabalho.

De maneira simplificada, a formação educacional profissional e tecnológica necessária no pós-pandemia é aquela que integra produção, cultura e ciência, democratizando todas as formas de conhecimento a todos, sem exceção e sem diferenças qualitativas em razão da classe social de pertença (CIAVATTA, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÃO

A pesquisa permite afirmar que a pandemia do novo Coronavírus e a forma de enfrentamento desse episódio pelo Brasil, até 2022, afetaram a educação brasileira, uma vez que a acentuação das desigualdades socioeconômicas dificultaram que pessoas mais pobres pudessem acessar tecnologias capazes de mitigar os prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem decorrentes da paralisação do ensino presencial.

No caso da educação profissional e tecnológica, além dos efeitos mencionados, também houve comprometimento do processo ensino e aprendizagem decorrente falta dos laboratórios tão necessários à articulação entre teoria e prática. Como disse Ramos (2020), baseada nas suas experiências discente e docente em entidade de ensino profissionalizante, as mediações virtuais – EaD – são insuficientes ao aprendizado das técnicas, procedimentos, processos tecnológicos e seus embasamentos científicos. Verificou-se ainda que os alunos do curso técnico, objeto da pesquisa, “optaram” por uma formação compatível com os interesses do mercado de trabalho, de maneira a atenuar os efeitos negativos na renda da família.

O Estado brasileiro, ao negar a ciência e minimizar o efeito da pandemia, retardou a aquisição de vacinas e o auxílio financeiro às pessoas carentes, no período de isolamento social. Com isso, diversas dimensões da vida humana foram afetadas.

Sob a administração de um governo liberal, classificável como de extrema direita, a pandemia serviu ainda de pretexto para a intensificação de medidas visando à privatização da educação. Nesse sentido, instituições educacionais federais foram alvos de reduções orçamentárias, no contexto da Emenda Constitucional nº 95, que limitou gastos públicos por 20 anos.

Ademais, iniciou-se em 2022, por exemplo, os efeitos do novo ensino médio que pode ter como consequência a mercantilização da educação, porque se tornará possível a redução do número de horas-aula da formação básica, bem como oferta dos chamados itinerários formativos a serem “escolhidos” pelos alunos por instituições privadas, como é o caso do itinerário de formação técnica e profissional. Com o encurtamento da formação básica, o ingresso em meio universitário será quase uma exclusividade dos alunos de escolas privadas, restando aos filhos



da classe trabalhadora a formação técnica aligeirada adequada aos interesses do mercado de trabalho (RAMOS, 2020).

De maneira geral, com o arrefecimento da pandemia, será necessário intensificação das lutas sociais no sentido do resgate de direitos suprimidos, já que há a possibilidade de ampliação do histórico fosso existente entre a educação da elite e da classe trabalhadora. Nessa perspectiva e considerando que há um novo governo federal com visão progressista, é urgente que se busque a revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 – teto de gastos – construindo outro tipo de parâmetro de controle fiscal, mais flexível, que permita realizar os investimentos necessários em todas as áreas, incluindo a educacional. Outra questão a se enfrentar e modificar é o novo ensino médio, de modo a evitar que cresça o abismo da desigualdade educacional entre pobres e ricos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **A crise, os sentidos do mundo do trabalho e a educação pública**.

*Canal RETEP no You.Tube, 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VL0UaY4PRp4&feature=youtu.be>. Acesso em 02 mai. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

CAVALCANTE, João Roberto et al. **COVID-19 no Brasil**: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v.

29, n.4, e2020376, 2020. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000400306&lng=pt&nrm=iso)

[96222020000400306&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000400306&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 03 out. 2020. Epub 10-Ago-

2020. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000400010>.

CIAVATTA, Maria. ***Aprendizagem operacional X preparo intelectual?** Os desafios da EPT no Brasil. *Canal do MEP-SINASEFE no You.Tube, 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=gyJM-LrDjCg&feature=youtu.be>

Acesso em 28 mai. 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 1. Diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

KUENZER, Acácia. ***O trabalho como princípio educativo**. *Canal do MEP-SINASEFE no You.Tube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OoRPX-IBmIY>.

Acesso em 08 jun. 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.



MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MÉSZÁROS, István. **Poder da ideologia**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação. Porto Alegre, v.22, n.37, p. 07-32. 1999. Disponível em

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em 07 dez 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino Médio Integrado frente ao contexto de pandemia**.

Canal do MEP-SINASEFE no You.Tube, 2020. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=WV15n_5VDd8&feature=youtu.be. Acesso em 26 Mai. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica na educação do campo**. * Canal do Farol-UFSM no You.Tube, 2020. Disponível em: <https://farol.ufsm.br/transmissao/live-a-pedagogia-historico-critica-na-educacao-do-campo>. Acesso em 15 mai. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 29, Caxambu, MG, 2006.

Recebido em: 29 de janeiro 2023

Aceito em: 20 de outubro 2023